

SUBSECRETARIA DE PLA. E TECNOL. DA INFORMACAO

Termo de Referência 16/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2025	410072-SUBSECRETARIA DE PLA. E TECNOL. DA INFORMACAO	PAULA GRIPP DE MELO BATISTA	22/09/2025 14:42 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	6/2025	53115.021295/2025-93

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de solução de Proteção, Detecção e Resposta de Endpoint (EDR), por meio de subscrição na modalidade Software as a Service (SaaS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (36 MESES)
1	Subscrição da Solução de Proteção, Detecção e Resposta de Endpoint (EDR).	26077	Subscrição	1.265	R\$ 272,83 *valor anual	R\$ 1.035.389,85
2	Serviço de Implantação e Configuração	27260	Serviço	1	R\$ 37.082,72	R\$ 37.082,72
3	Serviço de Transferência de Conhecimento	3840	Serviço	1	R\$ 19.250,00	R\$ 19.250,00
4	Serviço de Suporte Técnico Especializado	27260	Serviço Mensal	36	R\$ 5.790,43	R\$ 208.455,48
TOTAL						R\$ 1.300.178,05

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme o § 1º do art. 6º da Lei nº 14.133/2021. Essa caracterização se justifica pelo fato de que a natureza da solução, bem como os padrões de desempenho e qualidade exigidos (incluindo requisitos técnicos detalhados e Acordos de Nível de Serviço - SLAs), podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado. A definição de "serviços comuns" é amplamente aplicada a contratações de soluções de segurança e de tecnologia da informação na Administração Pública, garantindo a utilização do rito processual adequado para aquisições que não envolvem inovação ou complexidade excessiva, com a finalidade de aumentar a competitividade e agilidade do processo.

1.3 O prazo de vigência da contratação será de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 Este prazo foi definido com base na análise de Custo Total de Propriedade (TCO) detalhada no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou ser o período mais vantajoso e economicamente prudente para o investimento em uma solução de segurança avançada, alinhando a previsibilidade de despesas à mitigação de riscos de longo prazo. O prazo é justificado pela complexidade e pelo ciclo de vida da solução, que requer um investimento inicial em implantação e treinamento que seria diluído ao longo de um período mais longo.

1.3.2 O serviço é enquadrado como **continuado**, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de uma atividade essencial e permanente para a manutenção da postura de segurança cibernética do Ministério das Comunicações. A necessidade de proteção contra ameaças digitais é ininterrupta e sua ausência ou descontinuidade poderia resultar em graves prejuízos financeiros e reputacionais, como interrupção de serviços essenciais, multas por violação de LGPD e comprometimento de informações críticas. A natureza do serviço requer a sua prestação por um período superior a um exercício financeiro, justificando a vigência plurianual para assegurar a continuidade do serviço público. A solução de segurança, por sua natureza, não permite interrupção sem que o ambiente digital do Ministério seja exposto a riscos elevados e inaceitáveis.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da solução

2.1 A presente contratação tem como objeto o fornecimento, por meio de subscrição na modalidade **Software as a Service (SaaS)**, de uma solução de **Proteção, Detecção e Resposta de Endpoint (EDR)**. A solução deverá ser unificada, indivisível e tecnologicamente madura, composta, no mínimo, pelos seguintes módulos intrinsecamente integrados:

- **Proteção de Endpoint (EPP/NGAV):** Para defesa multicamadas contra códigos maliciosos conhecidos e desconhecidos, incluindo proteção em tempo real;
- **Detecção e Resposta (EDR):** Capacidade central para visibilidade profunda, análise de causa raiz (RCA), busca proativa por ameaças (Threat Hunting) e resposta a incidentes;
- **Firewall de Endpoint e Sistema de Prevenção de Intrusão (IPS):** Controle de tráfego de rede e aplicação de "virtual patching";
- **Controle de Aplicações e Hardening:** Mitigação da superfície de ataque através de gestão e enrijecimento da execução de softwares;
- **Controle de Dispositivos e Prevenção de Perda de Dados (DLP):** Gerenciamento de periféricos e monitoramento da exfiltração de dados sensíveis;
- **Proteção para Ambiente de Active Directory (AD):** Módulo especializado para detecção e resposta a ataques de roubo de credenciais e movimentação lateral.

2.2 O escopo da solução visa proteger o parque computacional do Ministério das Comunicações, estimado em **1.050 estações de trabalho e 215 servidores, totalizando 1.265 endpoints**. Esta quantidade inclui uma margem técnica de 15% para acomodar o crescimento orgânico da instituição, a inclusão de novos projetos e a flutuação de equipamentos durante a vigência do contrato. A contratação também abrange os serviços essenciais de implantação, configuração, transferência de conhecimento para a equipe interna e suporte técnico contínuo.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1 A presente contratação é justificada pela necessidade de proteger os ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Ministério das Comunicações (MCom) contra um cenário de ameaças cibernéticas em constante evolução e sofisticação. Nos últimos anos, o Governo Federal tem passado por uma profunda e contínua transformação digital, com o MCom fomentando essa evolução por meio da digitalização de processos, da institucionalização do trabalho remoto e da crescente adoção de serviços em nuvem. Essa expansão do ecossistema digital, embora essencial para a eficiência da Administração Pública, ampliou drasticamente a superfície de ataque e a complexidade dos riscos cibernéticos associados.

3.2 O cenário de ameaças atuais transcende as capacidades das soluções de proteção tradicionais, como antivírus baseados em assinaturas. Órgãos governamentais são alvos constantes de ataques direcionados que utilizam um vasto espectro de vetores, incluindo:

- **Ameaças Avançadas Persistentes (APTs):** Ataques que buscam persistir em um ambiente por longos períodos para exfiltrar dados ou causar danos;
- **Ataques de Dia-Zero (0-day):** Explorações de vulnerabilidades desconhecidas pelos fabricantes de software;
- **Ataques à Cadeia de Suprimentos de Software (Supply Chain Attacks):** Invasões que comprometem o ambiente por meio de softwares e atualizações legítimas;
- **Ataques à Cadeia de Suprimentos de Software (Supply Chain Attacks):** Invasões que comprometem o ambiente por meio de softwares e atualizações legítimas.
- **Ransomware:** Código malicioso que criptografa arquivos e exige resgate para a restauração dos dados;
- **Técnicas Evasivas:** Ataques sem arquivo (fileless) e "Living Off The Land" (LOTL), que abusam de ferramentas legítimas do próprio sistema operacional para atividades maliciosas.

3.3 Agravando este cenário, os próprios adversários já utilizam inteligência artificial para automatizar e escalar seus ataques, tornando a adoção de defesas com a mesma base tecnológica uma necessidade simétrica e inadiável. A contratação de uma solução avançada de Proteção, Detecção e Resposta de Endpoint (EDR) com capacidades estendidas (XDR) é a melhor abordagem técnica capaz de prover proteção proativa e em tempo real, permitindo a

deteção de anomalias que passariam despercebidas por defesas convencionais. A ausência de uma solução robusta comprometeria a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações críticas, resultando em prejuízos financeiros, reputacionais e interrupção de serviços essenciais à sociedade

3.4 A implementação da solução trará uma série de benefícios tangíveis para o MCom, elevando a maturidade de sua postura de segurança e otimizando a operação de sua equipe de TI. Os principais resultados esperados são:

- **Fortalecimento da Segurança:** Aumentar a proteção de estações de trabalho e servidores contra o espectro completo de ameaças, incluindo as que ainda não foram catalogadas;
- **Resposta a Incidentes:** Melhorar a capacidade de identificação, análise e resposta rápida a incidentes de segurança, reduzindo o tempo de detecção (Mean Time To Detect) e o impacto de possíveis violações;
- **Gestão e Eficiência:** O gerenciamento centralizado e a visibilidade unificada da solução permitirão o monitoramento proativo de todos os endpoints a partir de uma única interface, simplificando as operações e melhorando a eficiência da equipe;
- **Conformidade Regulatória:** Assegurar a plena conformidade com as regulamentações e normas aplicáveis, como a LGPD e a PNSI, mitigando os riscos legais e reputacionais;
- **Automação:** Automatizar fluxos de trabalho de segurança, liberando a equipe técnica de tarefas manuais e repetitivas para que se dediquem a atividades mais estratégicas, como análise de ameaças avançadas e aprimoramento contínuo da postura de segurança;
- **Redução de Custos:** A migração para um modelo SaaS elimina a necessidade de investimentos iniciais em infraestrutura de hardware (CAPEX), convertendo o custo em despesa operacional (OPEX) previsível e garantindo o acesso à versão mais atual da tecnologia e à inteligência de ameaças global.

3.5 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 37753638000103-0-000002/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 11/02/2025;
- III) Id do item no PCA: 7;
- IV) Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA;
- V) Identificador da Futura Contratação: 410072-6/2025.

3.6 O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2025-2027 do Ministério das Comunicações, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS				
Plano Estratégico	Princípio / Diretriz	Descrição	Objetivo Estratégico	Descrição
Plano Estratégico Institucional - PEI MCOM 2024-2027	DE 16 - Evolução e aperfeiçoamento da Governança	Fortalecimento dos processos de governança e gestão no âmbito do Ministério das Comunicações, visando aprimorar a eficiência e eficácia na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para o setor das comunicações. Além disso, busca-se simplificar os processos internos. O objetivo é ampliar a capacidade de resposta do Ministério às demandas da sociedade, promovendo uma gestão transparente, participativa e orientada a resultados.	OE 07 - Aprimorar e evoluir a Governança	Implementar e aprimorar práticas relacionadas à governança, riscos, integridade, gestão estratégica, gestão da informação, sustentabilidade, comunicação externa e interna, a fim de desempenhar seu papel com transparência, eficiência e efetividade.
Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027	IV - Um Governo Confiável e Seguro	O princípio "Governo Confiável e Seguro" vai além da proteção contra ameaças digitais, combinando práticas, políticas e mentalidades para garantir interações seguras entre cidadãos e governo, promovendo confiança na integridade, responsabilidade e eficácia governamental. A segurança digital é assegurada por medidas robustas de cibersegurança e transparência nas políticas de uso e proteção de dados, com auditorias e supervisões garantindo conformidade às leis e regulamentos. Programas contínuos de	Objetivo 9	Elevar a maturidade e a resiliência dos órgãos e das entidades em termos de privacidade e segurança da informação
			Objetivo 10	

		educação e conscientização sobre segurança digital promovem práticas seguras, criando um ambiente onde os cidadãos confiam na proteção e segurança das suas interações com o governo.		Fortalecer a privacidade e a segurança dos dados dos cidadãos
--	--	---	--	---

ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PDTIC 2025-2027	
Necessidade	Iniciativa
GI17 - Desenvolver, contratar, atualizar e aprimorar soluções de negócios, desenvolvimento, TI, infraestrutura e segurança.	GI17.1 - Identificar e contratar as soluções tecnológicas necessárias para atendimento às iniciativas das áreas de negócios levantadas.
	GI 17.5 - Revisar e aprimorar anualmente as políticas, controles e recursos de segurança da informação.
GI20 - Implementar e Monitorar as ações do PPSI	GI 20.2 - Automatizar em até 80% todos os fluxos de controle e segurança de uso de recursos de tecnologia da informação.
	GI 20.3 - Aprimorar em até 80% as ações do Centro de Operações de Segurança (SOC).

3.7 Registra-se que a contratação não trata de oferta de serviços públicos digitais.

4. Requisitos da contratação

Requisitos de Negócio

4.1 Conforme Anexo I – Requisitos Técnicos da Solução.

Requisitos de Capacitação

4.2 A transferência de conhecimento deverá ser realizada em até 10 (dez) dias corridos contados da abertura da OS.

4.3 O treinamento deverá se basear no pacote oficial do fabricante (material e ementa), com no mínimo 20 (vinte) horas de duração.

4.4 Para que a transferência de conhecimento seja aceita pela CONTRATANTE, deverá ser aprovada por, pelo menos, 80% (oitenta por cento) dos participantes.

4.5 A CONTRATANTE poderá avaliar a transferência de conhecimento com meios próprios e, caso seja julgada deficiente, a CONTRATADA deverá providenciar o devido reforço sem ônus adicional à CONTRATANTE.

4.6 Todo material didático disponibilizado na transferência de conhecimento deverá ser fornecido pela CONTRATADA, em português-BR, e deverá estar incluso no escopo do treinamento.

4.7 A CONTRATADA deverá providenciar a lista de frequência que comprove a realização da transferência de conhecimento, contendo período, nome dos participantes, carga horária e conteúdo ministrado.

4.8 A transferência de conhecimento será realizada de forma remota, podendo ser gravada pela CONTRATANTE, para posterior repasse de conhecimento a outros membros da equipe.

Requisitos Legais

4.9 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis, como:

- 4.9.1 Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, que estabelece modelo de contratação de software e de serviços de computação em nuvem, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal;
- 4.9.2 Decreto nº 9.637/2018, que instituiu a Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI) no Brasil, estabelecendo princípios e diretrizes para a segurança da informação na Administração Pública Federal;
- 4.9.3 Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade, disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf

Requisitos de Manutenção

4.10 Devido às características da solução, **não** há necessidade de realização de manutenções pela CONTRATADA.

Requisitos Temporais

- 4.11 A entrega da solução deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.
- 4.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.13 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.
- 4.14 Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade / Entrega	Prazo
Reunião Inicial	Em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.
Termos de Sigilo e LGDP.	Em até 2 (dois) dias úteis após a Reunião Inicial.
Plano de Implantação	Em até 5 (cinco) dias úteis após a Reunião Inicial.
Serviço de Implantação e Configuração	Em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura da OS.
Transferência de Conhecimento	Em até 10 (dez) dias corridos contados da abertura da OS.
Manuais Técnicos, Documentação do Fabricante e demais documentos	No momento da conclusão da instalação da solução.
Relatório de Implantação	Em até 5 (cinco) dias úteis após o término da implantação da solução.
Operação assistida	Durante 30 (trinta) dias corridos após a implantação
Relatórios Mensais de Prestação dos Serviços	Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
Plano de Transição	60 (sessenta) dias que antecedem a finalização do contrato.

Exportação de Dados e Configurações	Até o último dia de vigência do contrato
-------------------------------------	--

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.15 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação (POSIN) do Ministério das Comunicações, nos termos da Portaria MCOM nº 14.196 de 19 de agosto de 2024.

4.16 Deve ser observado o Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade, disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf

4.17 O representante da CONTRATADA deverá assinar o **Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (Anexo II)**.

4.18 Todos os funcionários da CONTRATADA que tiverem acesso a informações ou dependências do MCOM deverão assinar o **Termo de Ciência Individual (Anexo III)**.

4.19 A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações da CONTRATANTE e se comprometer em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido ou tido ciência no curso da prestação dos serviços.

4.20 A CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da CONTRATANTE.

4.21 A CONTRATADA deve observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como das políticas e normas internas do CONTRATANTE sobre o tema, implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais. O representante da CONTRATADA deverá assinar o **Termo de Compromisso de Proteção de Dados Pessoais (Anexo IV)**.

4.22 Os demais requisitos de segurança relacionados à solução estão descritos no **Anexo I - Requisitos Técnicos da Solução**.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.23 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.23.1 Redução do uso de recursos físicos, promovendo o uso de documentação digital, assinaturas eletrônicas e comunicação por meio eletrônico;

4.23.2 Uso preferencial de infraestrutura de hospedagem (data centers) com certificações ambientais reconhecidas (como ISO 14001, LEED ou similares);

4.23.3 Fornecimento de toda a documentação da solução (manuais, datasheets, troubleshooting, tutoriais, etc.) em português do Brasil, com linguagem clara e acessível.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.24 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da CONTRATANTE.

4.25 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela CONTRATANTE. Caso não seja autorizada, é vedado à CONTRATADA adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela CONTRATANTE.

4.26 Demais requisitos técnicos relacionados à arquitetura da solução estão descritos no **Anexo I – Requisitos Técnicos da Solução**.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.27 Não se aplica ao objeto da contratação.

Requisitos de Implantação

4.28 A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar um Plano de Implantação, detalhando as ações necessárias para a implantação da solução.

4.29 O Plano de Implantação deverá ser elaborado pela CONTRATADA e deverá ser enviado para validação e aprovação pela equipe técnica, considerando os prazos previstos neste Termo de Referência.

4.30 O Plano de Implantação deverá conter os responsáveis envolvidos, o cronograma e a análise do risco associada às atividades de fornecimento e implantação da solução, observando as boas práticas de mercado.

4.31 O Plano de Implantação deverá conter detalhes das atividades de instalação, dos impactos previstos, dos testes necessários, dos prazos para cada atividade a ser realizada, das estratégias de continuidade e as informações de configuração e parametrização da solução.

4.32 As atividades de implantação e configuração inicial, que possam causar interrupções no ambiente, deverão ser agendadas em horários de menor impacto, como períodos noturnos ou finais de semana, conforme definição da equipe técnica da CONTRATANTE.

4.33 Ao término da execução do projeto de Implantação, a CONTRATADA deverá consolidar toda documentação gerada e entregar o Relatório de Implantação dos Serviços realizados, em meio eletrônico ao CONTRATANTE, incluindo os documentos do projeto atualizados (as-built). A referida documentação estará sujeita à revisão e aprovação pelos membros técnicos designados pelo CONTRATANTE.

4.34 A CONTRATADA deverá manter, após a realização da instalação, equipe dedicada à operação assistida da solução implantada, durante o período de 30 (trinta) dias corridos, visando a correta transição da solução no ambiente do CONTRATANTE, tendo em vista a complexidade da operação e a possível necessidade de correções de configurações e outros detalhes relativos à operacionalização da solução em ambiente de produção.

4.35 Durante o período de operação assistida, a equipe da CONTRATADA deverá estar totalmente disponível para transição da solução, sem a necessidade de ser demandada via chamados, estando responsável pela operação e monitoramento do ambiente implantado.

4.36 Qualquer alteração realizada durante o período de operação assistida deverá refletir no Relatório de Implantação dos Serviços, que deverá ser atualizado conforme todas as intervenções e mudanças de configuração realizadas.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.37 Não se aplica ao objeto da contratação.

Requisitos de Experiência Profissional

4.38 Os serviços de implantação, configuração, suporte técnico e operação assistida deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, devendo possuir certificação oficial emitida pelo fabricante da solução de EDR ofertada, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços. A certificação deve ser de nível técnico avançado (engenharia, arquitetura, implantação ou equivalente), atestando a capacidade para implantação, configuração e suporte especializado ao produto.

4.39 **Conhecimento em Segurança da Informação:** A equipe técnica, coletivamente, deverá demonstrar proficiência em fundamentos de segurança da informação. A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificações de mercado reconhecidas que atestem conhecimento em redes, sistemas operacionais, resposta a incidentes e conformidade com normas da família ABNT NBR ISO/IEC 27001 (a título de exemplo: CompTIA Security+, ISC² CC, ou equivalentes).

Requisitos de Formação da Equipe

4.40 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.41 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE.

4.42 A OS indicará o serviço, a quantidade e o prazo para prestação dos serviços.

4.43 Do Item 1 (Subscrição da Solução):

4.43.1 O período de licenciamento da solução não se confunde com o período de vigência contratual. O período do licenciamento poderá estender-se para além da vigência do contrato não caracterizando prestação de serviços fora da vigência contratual. Tal situação se justifica pelo prazo que a CONTRATADA tem para disponibilizar as licenças após a assinatura de contrato e emissão da ordem de serviço, fazendo com que o período do licenciamento seja contabilizado somente após a efetiva instalação da solução no ambiente da CONTRATANTE.

4.43.2 O licenciamento da solução será de 36 (trinta e seis) meses, contados da instalação das licenças no ambiente da CONTRATANTE. Os pagamentos serão **anuais**, visando minimizar o impacto orçamentário no órgão.

4.44 Do Item 2 (Implantação e Configuração):

4.44.1 Será emitida OS para os serviços de implantação e configuração da solução com pagamento único condicionado ao aceite e recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

4.45 Do item 3 (Transferência de Conhecimento):

4.45.1 Será emitida OS para a realização da transferência de conhecimento, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.45.2 Será realizado pagamento único após aprovação e recebimento definitivo do serviço prestado.

4.46 Do item 4 (Suporte Técnico):

4.46.1 A prestação dos serviços de suporte técnico iniciará após a emissão da ordem de serviço pela CONTRATANTE.

4.46.2 Só haverá emissão de OS referente aos serviços de suporte técnico após o recebimento definitivo dos serviços de implantação e configuração da solução.

4.46.3 O quantitativo de 36 (trinta e seis) meses é uma quantidade meramente estimada, não configurando direito da CONTRATADA ao recebimento de 36 (trinta e seis) parcelas, haja vista o prazo necessário para disponibilização da solução e a prestação dos serviços dentro da vigência contratual.

4.46.4 Poderá haver emissão de ordem de serviço com valor proporcional ao período de prestação de serviço do mês de referência, especialmente no primeiro e último mês da prestação dos serviços.

4.46.5 O pagamento dos serviços de suporte técnico será mensal conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.47 A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica.

Vistoria

4.48 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.49 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.49.1 Baixo consumo de recursos computacionais: A solução deve ter baixo impacto no consumo de CPU, memória e energia, especialmente se usada em grande escala;

4.49.2 Compatibilidade com equipamentos existentes;

4.49.3 Licenças, manuais e documentação devem ser fornecidos em formato digital, evitando impressão desnecessária;

4.49.4 Infraestrutura em nuvem com eficiência energética: para soluções que operam em nuvem, deve haver preferência por fornecedores que utilizem data centers com certificações de eficiência energética (ex: ISO 50001, Energy Star, ou LEED).

Da exigência de carta de solidariedade

4.50 Não se aplica ao objeto da contratação.

Subcontratação

4.51 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.52 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.53 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.54 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.55 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.56 A demanda do órgão tem como base as características detalhadas no Termo de Referência e o disposto no **Anexo I – Requisitos Técnicos da Solução**.

5. Papéis e responsabilidades

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2 encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

- 5.1.3 receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4 aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5 liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6 comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração.

5.2 São obrigações da CONTRATADA:

- 5.2.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual;
- 5.2.9 fazer a transição contratual, quando for o caso.

6. Modelo de execução do contrato

Condições de execução

6.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência:

- 6.1.1 Abertura da OS correspondente à subscrição da solução;
- 6.1.2 Abertura da OS de implantação e configuração da solução;
- 6.1.3 Realização da transferência do conhecimento após emissão da OS pela CONTRATANTE.
- 6.1.4 Prestação dos serviços de suporte técnico obedecendo aos períodos definidos nas ordens de serviço emitidas pela CONTRATANTE.

6.2 Demais condições de execução estão descritas ao longo do Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

6.3 Os serviços serão prestados ao Ministério das Comunicações, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília - DF, CEP 70044-900.

6.4 Os serviços serão prestados no seguinte horário:

- 6.4.1 As atividades de implantação e configuração inicial, que possam causar interrupções no ambiente, deverão ser agendadas em horários de menor impacto, como períodos noturnos ou finais de semana, conforme definição da equipe técnica da CONTRATANTE.
- 6.4.2 O atendimento para suporte técnico será ininterrupto, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana.

6.4.3 O treinamento deverá ser agendado previamente e será realizado em horário comercial em dias de expediente do órgão.

Materiais a serem disponibilizados

6.5 Todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços, incluindo softwares, hardwares e acesso à web /internet, deverão ser providos pela CONTRATADA, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

6.6 A CONTRATANTE disponibilizará a infraestrutura física e lógica para que o sistema possa ser utilizado, bem como os acessos controlados para implantação da solução, em conformidade com as políticas de segurança do Ministério.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.7 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Formas de transferência de conhecimento

6.8 Conforme requisitos de capacitação deste Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.9 Os procedimentos de transição e finalização do contrato deverão seguir as etapas subsequentes, visando garantir a soberania da CONTRATANTE sobre seus dados e uma desativação segura da solução:

6.9.1 Plano de Transição: Com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Transição detalhado. Este plano, a ser validado pela CONTRATANTE, deverá conter o cronograma e os procedimentos para a exportação de dados, a desinstalação dos agentes e a desativação completa da plataforma;

6.9.2 Exportação de Dados e Configurações: Até o último dia de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá finalizar a exportação e disponibilizar à CONTRATANTE a totalidade dos seguintes dados, em formato aberto, estruturado e legível por máquina (como JSON ou CSV):

- a) Todos os logs de eventos e alertas de segurança gerados durante a vigência contratual;
- b) O inventário completo de ativos (endpoints) gerenciados pela solução;
- c) As configurações de políticas, regras de detecção e exclusões aplicadas no ambiente;
- d) Os logs de auditoria da plataforma, contendo as ações realizadas pelos administradores.

6.9.3 Desinstalação e Desativação Segura: Após a confirmação do recebimento e da integridade dos dados pela CONTRATANTE, e dentro do prazo estipulado no Plano de Transição, a CONTRATADA deverá realizar a desinstalação completa dos agentes (agents) de todos os endpoints e servidores. O processo deverá ser acompanhado e validado pela equipe técnica da CONTRATANTE.

6.9.4 Confirmação de Exclusão de Dados: Em até 30 (trinta) dias após o encerramento do contrato, a CONTRATADA deverá emitir uma declaração formal à CONTRATANTE, atestando que todos os dados do Ministério das Comunicações, incluindo backups, foram permanentemente e seguramente excluídos de sua infraestrutura física e em nuvem.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.10 Cada OS conterá o volume de serviços demandados e o prazo, conforme modelo descrito no **Anexo V**.

Mecanismos formais de comunicação

6.11 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- 6.11.1 Ordem de Serviço;
- 6.11.2 Ata de Reunião;
- 6.11.3 Ofício;
- 6.11.4 Sistema de abertura de chamados;
- 6.11.5 E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.12 Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.13 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.14 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos **Anexos II e III**.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

Reunião Inicial

7.7 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.8 A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.8.1 A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato.

7.8.2 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

Fiscalização

7.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.10 O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.10.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.10.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

- 7.10.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 7.10.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 7.10.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 7.11 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.11.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 7.12 O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 7.13 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 7.14 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 7.15 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 7.16 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 7.17 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 7.18 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de Medição e Pagamento

- 7.19 A avaliação da execução do objeto observará os seguintes indicadores de nível de serviço, conforme a Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos serviços constantes na Ordem de Serviço (OS).
Meta a cumprir	IAE <= 0 (A meta definida visa garantir a entrega dos produtos ou serviços constantes nas OS dentro do prazo previsto.)
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS.

Periodicidade	Para cada OS encerrada
Instrumento de medição	OS e Termo de Recebimento Provisório (TRP)
Mecanismo de Cálculo (%)	<p>IAE = TEX – TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso na Entrega;</p> <p>TEX - Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos serviços da OS.</p> <p>TEST - Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Faixas de ajuste e sanções	<p>IAE <= 0: Pagamento integral da OS;</p> <p>IAE >= 1 e < 30: Glosa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS;</p> <p>IAE >= 30: Glosa de 10% sobre o valor da OS acrescida de 0,5% por dia de atraso, limitada a 30% do valor da OS, bem como multa de 2% sobre o valor do contrato.</p>
Observações	A data de início será aquela constante na OS. Caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS. A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeite a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quando a Contratada entregar os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.

ICP- INDICADOR DE CHAMADOS ATENDIDOS NO PRAZO	
Finalidade	Assegurar que os chamados de suporte técnico sejam atendidos dentro do prazo, do início ao fim do atendimento.
Meta a cumprir	ICP >= 95%
Forma de acompanhamento	Cálculo do prazo de cada solicitação de suporte técnico em relação ao nível de serviço.
Periodicidade	Mensal
Instrumento de medição	Aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção
Mecanismo de Cálculo (%)	<p>ICP = (QAP / QTA) x 100</p> <p>Onde:</p> <p>ICP - Indicador de Chamados atendidos dentro do Prazo;</p> <p>QAP - Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo;</p> <p>QTA - Quantidade total de chamados atendidos.</p>
	<p>ICP >= 95%: Pagamento integral da OS;</p> <p>ICP >= 85% e < 95%: Glosa de 1,5% sobre o valor da OS;</p>

Faixas de ajuste e sanções	ICP >= 78% e < 85%: Glosa de 3% sobre o valor da OS; ICP >= 72% e < 78%: Glosa de 5% sobre o valor da OS; ICP < 72%: Será aplicada a multa de 1% sobre o valor do contrato, sem prejuízo da aplicação da glosa anterior.
-----------------------------------	--

7.20 Para fins de aferição do ICP e clareza na execução do suporte técnico, os chamados serão classificados e atendidos conforme a tabela de Níveis de Serviço (SLA) a seguir:

Nível de Severidade	Descrição	Tempo para Primeira Resposta	Tempo para Solução de Contorno	Tempo para Solução Definitiva
1 - Crítica	- Incidente de segurança em andamento (ex: ransomware, exfiltração de dados). Indisponibilidade total da console de gerenciamento. Falha generalizada dos agentes EDR em múltiplos endpoints críticos.	Até 1 (uma) hora corrida.	Até 4 (quatro) horas corridas.	Até 24 (vinte e quatro) horas corridas.
2 - Alta	- Alerta de segurança grave que exige análise imediata. Perda parcial de funcionalidades essenciais na console (ex: busca de ameaças, resposta a incidentes). Falha em um grupo específico de servidores ou estações de trabalho.	Até 2 (duas) horas úteis.	Até 8 (oito) horas úteis.	Até 48 (quarenta e oito) horas úteis.
3 - Média	- Problemas de desempenho relacionados ao agente EDR em endpoints isolados. Dificuldades na geração de relatórios ou na aplicação de políticas. Dúvidas operacionais que impedem a execução de uma tarefa.	Até 4 (quatro) horas úteis.	Conforme necessidade, a ser acordado entre as partes.	Até 5 (cinco) dias úteis.
4 - Baixa	- Solicitações de esclarecimentos, novas configurações ou melhorias. Dúvidas gerais sobre funcionalidades da solução.	Até 8 (oito) horas úteis.	Não se aplica.	Até 10 (dez) dias úteis.

7.21 Considera-se "Tempo para Primeira Resposta" o período entre a abertura do chamado e o primeiro contato de um técnico qualificado da CONTRATADA. A "Solução de Contorno" refere-se à aplicação de uma medida que mitiga o impacto do problema, ainda que não o resolva em definitivo. Os prazos em "horas úteis" consideram o horário de expediente do órgão, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

IDS – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇO	
Finalidade	Assegurar a disponibilidade da solução durante o período especificado.
Meta a cumprir	IDS >= 98% (percentual de tempo que se espera que serviço esteja em funcionamento).
Forma de acompanhamento	Relatório mensal consolidado de disponibilidade do serviço durante o período.
Periodicidade	Mensal
Instrumento de Medição	Aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
	IDS = Média (FRP / HTP) x 100 Onde: IDS - Indicador de Disponibilidade de Serviço;

Mecanismo de Cálculo (%)	FRP - Horas totais de funcionamento do serviço no período, descontadas as horas de manutenção preventiva e as horas indisponíveis justificadas; HTP - Horas Totais do Período, descontadas as horas de manutenção preventiva e as horas indisponíveis justificadas.
Faixas de ajuste e sanções	Glosa de 1% sobre o valor da OS para cada 0,1% abaixo da meta, limitado a 30% sobre o valor da OS. Para valor do IDS abaixo de 95%, aplicar-se-á multa de 5% do valor do contrato.
Observações	Serão utilizados dias corridos na medição.

7.22 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.22.1 não produziu os resultados acordados;

7.22.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.22.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.23 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.24 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.24.1 Atendimento aos critérios de aceitação definidos no item 2.1 do Anexo VII da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023;

7.24.2 Aferição dos indicadores previstos no Termo de Referência;

7.24.3 Aprovação do treinamento, conforme condições definidas nos requisitos de capacitação do Termo de Referência.

Do recebimento

7.25 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.25.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.26 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.27 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.28 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.29 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.29.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.30 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.31 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.32 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

- 7.33 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.34 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.35 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.35.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.35.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 7.35.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.35.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.35.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.36 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.37 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.38 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

- 7.39 Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 7.39.1 A validação do Relatório Mensal de Prestação dos Serviços será realizada pela Equipe de Fiscalização do Contrato, que verificará o seguinte conteúdo mínimo no documento:
- a) Apuração detalhada dos resultados dos Indicadores de Nível de Serviço, conforme definidos neste Termo: Indicador de Atraso na Entrega (IAE), Indicador de Chamados Atendidos no Prazo (ICP) e Indicador de Disponibilidade de Serviço (IDS).
 - b) Resumo consolidado das atividades de suporte técnico realizadas no período, incluindo a lista de chamados abertos, seus status e as ações tomadas.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

- 7.40 Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do contrato.
2	Não prestar os esclarecimentos no prazo de 2 dias úteis, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 5 dias úteis.	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 0,5% sobre o valor total do Contrato

3	Não atender aos indicadores de níveis de serviço	Glosas conforme tabela do item Critérios de Medição e Pagamento do Termo de Referência.
4	Deixar de entregar documentação prevista no Termo de Referência (Termos, Planos, Relatórios, etc.)	Advertência. Em caso de atraso superior a 10 dias úteis, multa de 0,5% sobre o valor mensal do Contrato.
5	Entregar documentação em desacordo com as exigências do Termo de Referência.	Advertência. Em caso de reincidência, aplica-se multa de 0,5% do valor mensal do Contrato, por ocorrência.
6	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5% do valor total do Contrato, por ocorrência.

7.41 Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a CONTRATADA:

7.41.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.41.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

Liquidação

7.42 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.43 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.44 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.44.1 o prazo de validade;

7.44.2 a data da emissão;

7.44.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.44.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.44.5 o valor a pagar; e

7.44.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.45 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.46 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.47 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

7.48 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.49 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.50 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.51 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.52 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.53 No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice de Custos da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.54 O pagamento do item 1 (subscrição da solução) será **anual**, condicionado ao atendimento das exigências estabelecidas no Termo de Referência e após recebimento definitivo do item.

7.55 O pagamento dos itens 2 e 3 (implantação, configuração e transferência de conhecimento) será realizado em **parcela única**, condicionado ao atendimento das exigências estabelecidas no Termo de Referência e após recebimento definitivo dos itens.

7.56 O pagamento do item 4 (suporte técnico) será **mensal**, condicionado ao atendimento das exigências estabelecidas no Termo de Referência e após recebimento definitivo do item.

7.57 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.58 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.59 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.60 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.61 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.62 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.62.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.63 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.64 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.65 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

7.66 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Do reajuste

8.49 Será adotado como índice de reajuste do Contrato o **Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI)**, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.50 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado a partir da data do orçamento estimado.

8.51 Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice previsto.

8.52 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.53 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.54 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.55 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de execução

9.2 O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3 Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

9.3.1 Nos termos da legislação vigente, conforme previsão em Edital, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido no Decreto nº 11.890, de 2024. Sendo que as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.10 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.24 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.24.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.24.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.24.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.28 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.28.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.29 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1 Prestação de serviços de fornecimento, implantação e suporte de solução de segurança de endpoint (EDR/XDR).

9.30.2 O atestado deve evidenciar que o projeto referenciado possuía características compatíveis com o objeto desta contratação, contemplando, no mínimo, gerenciamento centralizado e proteção para endpoints e servidores.

9.30.3 A licitante deverá comprovar, por meio de atestados, ter executado serviços de fornecimento, implantação e suporte de solução de EDR para um parque computacional de, no mínimo, 600 endpoints (aproximadamente 50% do objeto licitado).

9.30.3.1 Tal exigência encontra respaldo no § 2º do Art. 67 da Lei 14.133/2021.

9.31 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.33 No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da licitante proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente ou empresa licitante.

9.34 Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

9.34.1 Nome do cliente;

9.34.2 Endereço completo do cliente;

9.34.3 Identificação do contrato (Anexar cópia do contrato e do Edital);

9.34.4 Vigência do contrato;

9.34.5 Descrição detalhada dos serviços prestados com detalhamento do software utilizado;

9.34.6 Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento dos prazos, qualidade dos produtos e serviços prestados.

9.35 A licitante deverá apresentar em sua proposta:

9.35.1 Identificação detalhada da solução, em atendimento às disposições da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

9.35.1.1 nome específico, nome oficial e/ou descrição;

9.35.1.2 categoria ou linha do software, serviço ou produto;

9.35.1.3 código de identificação unívoca do fabricante (part number, SKU etc.);

9.35.1.4 modelo de licenciamento;

9.35.1.5 métrica ou unidade;

9.35.1.6 tipo de software, serviço ou produto; e

9.35.1.7 quantidade estimada.

9.36 Identificação dos preços unitário e total de cada item, conforme modelo constante do **Anexo VI – Modelo de Proposta de Preços**.

9.37 Planilha ou Tabela contendo a correlação entre os requisitos exigidos no Termo de Referência com a documentação apresentada pela licitante, indicando a referência de cada item da especificação, conforme modelo do **Anexo VII – Planilha de Conformidade Técnica (Ponto a Ponto)**. **A licitante que não apresentar a devida correlação terá sua proposta desclassificada.**

9.38 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.38.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.38.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.38.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.38.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.38.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.38.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.38.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 1.300.178,05

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.300.178,05** (um milhão, trezentos mil, cento e setenta e oito reais e cinco centavos), para o período de **36 (trinta e seis) meses**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (36 MESES)
1	Subscrição da Solução de Proteção, Detecção e Resposta de Endpoint (EDR).	26077	Subscrição	1.265	R\$ 272,83 *valor anual	R\$ 1.035.389,85
2	Serviço de Implantação e Configuração	27260	Serviço	1	R\$ 37.082,72	R\$ 37.082,72
3	Serviço de Transferência de Conhecimento	3840	Serviço	1	R\$ 19.250,00	R\$ 19.250,00
4	Serviço de Suporte Técnico Especializado	27260	Serviço Mensal	36	R\$ 5.790,43	R\$ 208.455,48

TOTAL	R\$ 1.300.178,05
-------	------------------

10.2 A pesquisa de preço realizada encontra-se registrada sob o nº 34/2025-410072 na plataforma Compras.gov.br

11. Adequação orçamentária

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação: Programa de Trabalho 24.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade, Plano Orçamentário 0001 - Sustentação e Modernização dos Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicações (Lei Orçamentária Anual - LOA 2025, Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025)

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Item 1	1º ano de execução do contrato	R\$ 1.035.389,85
Itens 2 e 3		R\$ 56.332,72
Item 4		R\$ 196.874,62
Item 1	2º ano de execução do contrato	R\$ 1.035.389,85
Itens 2 e 3		R\$ 0,00
Item 4		R\$ 208.455,48
Item 1	3º ano de execução do contrato	R\$ 1.035.389,85
Itens 2 e 3		R\$ 0,00
Item 4		R\$ 208.455,48

11.4 A previsão de consumo do item 4 (suporte técnico) é menor para o primeiro ano da vigência contratual, tendo em vista o prazo necessário à instalação, implantação e configuração das licenças, serviços que precisam estar concluídos para que seja possível demandar o serviços de suporte técnico mensal.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO BOLZAN BERIA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 19/09/2025 às 14:42:39.

JOSE CARLOS DE ALBUQUERQUE

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 19/09/2025 às 14:13:55.

CRISTIANA ELIZABETH FRAGA DOS SANTOS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 20/09/2025 às 14:44:06.

PAULA GRIPP DE MELO BATISTA

Autoridade Máxima de TIC



Assinou eletronicamente em 22/09/2025 às 14:42:47.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Requisitos Tecnicos da Solucao.pdf (390.66 KB)
- Anexo II - Anexo II - Termo de Compromisso de Manutencao de Sigilo.pdf (661.98 KB)
- Anexo III - Anexo III - Termo de Ciencia.pdf (569.89 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Termo de Compromisso de Protecao de Dados Pessoais.pdf (624.55 KB)
- Anexo V - Anexo V - Modelo de OS.pdf (594.82 KB)
- Anexo VI - Anexo VI - Modelo de Proposta de Precos.pdf (757.51 KB)
- Anexo VII - Anexo VII - Planilha de conformidade tecnica (ponto a ponto).pdf (939.95 KB)